

A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação ¹

Elisabeth Márcia Martucci²

Contribuição à compreensão do fenômeno da feminização da biblioteconomia, com suporte teórico nas explicações sociológicas e psicológicas da feminização do magistério, aceitando como pressuposto a existência de uma aproximação histórica entre o desenvolvimento da escola e da biblioteca e entre as profissões.

1 A busca da aproximação

O estudo dos temas feminização e profissionalização do magistério faz emergir, por analogia, possíveis similaridades entre o caminhar histórico-social do profissional professor e do profissional bibliotecário, as quais a presente reflexão busca explicitar de maneira inicial e preliminar, aberta a novas indagações e aprofundamentos de abordagem.

Conforme constatação na própria literatura das áreas, poucos estudos analisam a relação mulher/professora e mulher/bibliotecária ou criam teorias que contribuam para pensar em seus significados e desdobramentos.

É fato que as duas profissões são essencialmente escolhidas por mulheres, mas as questões que se colocam à reflexão, em busca de resposta são:

1 Este artigo é baseado em trabalho final apresentado à disciplina "Tendências Atuais da Pesquisa em Metodologia de Ensaio", ministrada pela Prof^ª Dra. Maria da Graça Nicoletti Mizukami, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de concentração Metodologia de Ensino, da Universidade Federal de São Carlos.

2 Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Biblioteconomia pela PUC/Camp.



- por que as mulheres têm se tornado professoras?
- por que as mulheres têm se tornado bibliotecárias?
- o que tem estas profissões em comum que atraem a opção profissional das mulheres?

Na tentativa de explicitação e busca de respostas é que se coloca esta aproximação primeira, talvez até um pouco pretensiosa pelo referencial teórico exigido para tal empreitada. Mas, que se justifica, pela necessidade do repensar contínuo de um profissional em relação à sua área de atuação, mola propulsora do avanço de seu conhecimento.

2 Desenvolvimento da profissão docente e bibliotecária: uma aproximação entre a escola e a biblioteca

Para elucidarmos a aproximação entre a profissão docente e a profissão bibliotecária faz-se necessária uma visão retrospectiva da produção do modelo escolar, o que, com base em NÓVOA (1991), tenta-se elucidar. O autor afirma que a sociedade é um sistema fenomenal dotado de uma memória geradora e regeneradora - a Cultura - reproduzida em cada indivíduo para perpetuar a grande complexidade social, sendo sujeita às mudanças decorrentes da evolução, eventos sociais, modificações do ambiente e circunstâncias próprias de seu processo de reprodução.

O indivíduo se torna homem pela integração num grupo que lhe ensine a cultura: um processo de transmissão de uma maneira coletiva de viver e compreender o mundo, na reprodução de um conjunto de significações que dão forma à existência.

Até uma época recente da humanidade, as sociedades humanas reproduziam as normas culturais através da impregnação cultural, isto é, o indivíduo era confrontado desde seu nascimento com uma herança cultural e sua integração no grupo se dava através de uma troca e de uma convivência cotidianas, sem que o adulto tivesse consciência da ação educativa exercida, o que nada tem a ver com uma intenção explícita de educar.

Na Idade Média, desde a mais tenra idade, a criança fazia sua aprendizagem pela coexistência cotidiana com o mundo dos adultos; sua educação era realizada em um círculo comunitário amplo e com forte carga sentimental, num ambiente sócio-econômico estático e estável, sem possibilidade de ascensão social e com profunda influência religiosa, no qual as idéias de mudança não faziam sentido.

A partir do século XV, a preocupação educativa começa a manifestar-se, justificada por uma série de fatos, como o renascimento do comércio, a criação das cida-

des, o desabrochar de um novo modo de vida e civilização urbana e o surgimento dos burgueses. O aparecimento da burguesia traz consigo a perspectiva de mudança e de uma nova relação com o mundo: o mundo é moldável, o homem é transformável, acredita-se que é possível fazer uma sociedade diferente. Assim, com a premissa de que a sociedade é também produção dela mesma, a preocupação educativa emerge juntamente com as instituições para o ensino da infância e da juventude.

A Escola nasce no seio do movimento social e de suas interações culturais, com o objetivo de encarregar-se da educação das crianças, como um projeto para o futuro e vai pouco a pouco se transformando até o sentido em que a entendemos hoje. Assim, a educação como projeto explícito de transmissão cultural é um fenômeno relativamente recente.

Aparece uma nova concepção de infância, que se torna centro de atenção e preocupação: a criança não está pronta para a vida, devendo ser preparada para o mundo dos adultos através da escolarização, um período organizado e racional de encerramento das crianças.

No século XVI, este processo desenvolve-se consideravelmente sob a influência da Reforma, que introduziu uma nova relação com a religião, impondo ao indivíduo a obrigação de conhecer a doutrina pela leitura da Bíblia e não mais pela transmissão oral, o que gerou uma explosão na vontade de aprender a ler e a emergência de um universo cultural dominado pela escrita. Isto permitiu a difusão do modelo escolar e a escola se torna um investimento social inevitável, fundando a civilização de base escolar.

Por outro lado, KATZENSTEIN (1986) analisa que até meados do século XV quase não havia livros na Europa, simplesmente porque a maioria das pessoas não sabia ler. A produção de livros era insignificante e o público comprador era constituído de membros da realeza e da nobreza e, às vezes, de ricos proprietários de terras. As obras mais procuradas diziam respeito a histórias populares, tanto em manuscritos comuns como com iluminuras, fazendo parte das bibliotecas dessas pessoas e, em muitos casos, divulgadas ao homem comum através de recitações públicas dos textos.

Já o comércio de livros de ensino na Idade Média pode ser descrito como um sistema muito regulado e rígido, exclusivamente detido pelas autoridades universitárias, responsáveis pela aprovação dos manuscritos a serem copiados e que tinham o comando exclusivo sobre o pessoal envolvido na produção - copistas, corretores, rubricadores, iluminadores e encadernadores, realizada nos mosteiros ou oficinas laicas. O uso dos manuscritos era interno à universidade, respaldado por um controle rígido até a franca repressão.



Parece que a função bibliotecária restringia-se aos mosteiros e universidades, no sentido estrito da preservação do patrimônio da humanidade, do armazenamento do “tesouro do saber”.

Em meados do século XV, entre 1452 e 1455, é atribuída a Gutenberg a invenção da impressão por tipos móveis, com a impressão da Bíblia, cujo número original de exemplares foi avaliado entre 100 a 205. Esta invenção marcou a difusão universal do livro e mudou a face do mundo, sendo rapidamente espalhada por toda a Europa. Assim, a Escola passa por uma primeira etapa histórica, correspondente ao período entre os séculos XVI até meados do século XVIII, quando foi responsabilidade da Igreja, através do trabalho das congregações religiosas, que asseguraram o deslocamento do papel educativo das comunidades e das famílias para a instituição escolar com uma rede de pequenas escolas e colégios. Os professores eram os religiosos ou mestres leigos, estes com contratos que incluíam obrigações religiosas, comunitárias e didáticas. Em meados do século XVIII, com a emergência do Estado-Nação, a Revolução Industrial e as concepções morais não ligadas à religiosidade, este modelo cultural e educativo não mais respondeu às exigências econômicas dos aparelhos de produção e às demandas sociais de formação das populações, quando o Estado toma o lugar da Igreja, iniciando-se um processo de institucionalização e estatização de sistemas escolares, que tendem a tornar-se instrumentos de formação em todos os níveis, categorias de ensino e para todas as classes sociais.

Estes sistemas não são portadores de uma nova imagem da infância ou de um novo projeto pedagógico e se limitam a desenvolver a forma escolar anteriormente instituída, propondo renovação de programas e currículos, controle estatal sobre o conjunto do sistema, especialmente em relação à seleção e recrutamento dos docentes, objetivando tornar a educação um componente do crescimento econômico e uma organização nacional. A educação passa a exercer um papel de persuasão e prevenção; a escola funciona como aval ideológico de uma ordem sócio-econômica baseada na propriedade privada dos meios de produção e na economia de mercado.

O fim do século XVIII representa um período chave no desenvolvimento da profissão docente, na medida em que o processo de estatização do ensino é antes de tudo a substituição de um corpo docente religioso, ou sob o controle da Igreja, por um corpo docente laico ou sob o controle do Estado, mas o modelo do docente permanece muito próximo daquele do padre.

O Estado cria uma licença ou uma permissão para ensinar, cuja obtenção se torna obrigatória através de um exame ou concurso, aos quais apenas podem se habilitar indivíduos que preencham um certo número de condições, como habilitações literárias, idade e bom comportamento moral. Com isto, tornam-se funcionários do Estado, alinhados em torno de ideais nacionais, submetidos a um controle ideológico e políti-

co, agentes de reprodução da ordem social dominante, mas por outro lado, personificam as esperanças de mobilidade social de diferentes camadas da população.

Em síntese, percebe-se que ao final do século XVIII, o desenvolvimento dos sistemas escolares estatizados e a difusão do livro pela impressão tipográfica são condições para o desenvolvimento da função docente e da função bibliotecária.

CHARTIER (1994), em obra sobre autores, leitores e bibliotecas na Europa entre o fim da Idade Média e o século XVIII, tenta responder como a multiplicada circulação do escrito transformou as formas de sociabilidade, permitindo novos pensamentos e modificando as relações de poder, afirmando que esta difusão proporcionou uma revolução da leitura. A leitura até então poderia ser caracterizada como uma leitura intensiva, na qual o leitor era confrontado com um número limitado e fechado de textos, lidos, memorizados, recitados e transmitidos de geração em geração, impregnados de sacralidade e autoridade. Com a difusão dos livros, ocorre a leitura extensiva, o leitor consome impressos numerosos e diversos, com avidez e velocidade e exerce uma atividade crítica. O aumento da produção do livro, o sucesso de pequenos formatos, a redução de preço, a proliferação das sociedades de leitura como bibliotecas de empréstimo, foram descritos como um perigo político e este processo teve um papel essencial nos distanciamentos críticos em relação ao poder do Estado e da Igreja.

O século XIX, por suas características, deve ser analisado brevemente para melhor compreensão dos fatos e situações atuais, pois lá residem as raízes dos mesmos.

Foi neste século que fortaleceram-se dois aspectos da vida política dos povos: no campo das relações individuais, firmavam-se os conceitos da democracia e no campo das relações entre os estados, emergia o nacionalismo, com a afirmação dos Estados Nacionais. Muitas nações romperam a situação de colônias, tornando-se independentes, outras buscaram o alargamento de espaços à procura de expansão em todos os sentidos, numa verdadeira corrida colonizadora e imperialista, visando garantir mercados para onde pudessem exportar seus produtos e seus capitais para novos investimentos.

É o período de expansão da Revolução Industrial pelos países da Europa, marcado por profundas transformações sociais: a passagem da sociedade rural para a sociedade urbana, do trabalho manufatureiro para o trabalho assalariado na organização fabril.

A libertação do pensamento humano das antigas fórmulas religiosas permitiu a expansão da inteligência do homem para todas as direções: a ciência rompeu os limites da universidade e aliou-se à indústria, ao comércio, às artes, à religião e à política, com uma ação em massa no sentido de rompimento de fórmulas tradicionais de vida.



A divulgação dos meios de comunicação provocou uma nova abertura na consciência humana e a compreensão das desigualdades de condições gerou reivindicações sociais de toda espécie, como direitos que o Estado tinha obrigação de atender. A educação entrou para o rol dos problemas prioritários das nações, mas suas fórmulas nem sempre acompanharam o ritmo das exigências sociais.

NÓVOA (1991) afirma que, ao final do século XIX, a escola, tal como a conhecemos hoje, difunde-se por toda parte, com o desenvolvimento de grandes sistemas educacionais nos países industrializados. Existe uma confiança generalizada na instrução: é ela que assegurará a igualdade entre os cidadãos, o triunfo de uma nova sociedade, a libertação dos espíritos da ignorância e das superstições e os professores são considerados apóstolos da civilização.

O processo de laicização do ensino e da escolarização acentua-se sob pressão de uma demanda social cada vez mais forte; a instrução é vista como sinônimo de superioridade social. Por outro lado, o grupo de docentes deseja aumentar suas prerrogativas e melhorar seu estatuto social, argumentando a realização de um trabalho de mais alta importância social e a posse de conhecimentos especializados, o que vai dar origem ao estabelecimento de uma formação específica especializada, através da criação de escolas normais.

Em relação ao desenvolvimento das bibliotecas, MUELLER (1984) afirma que a emergência das bibliotecas públicas no século XIX foi resultante das transformações sociais que ocorreram com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização. Na Inglaterra, esperava-se que contribuíssem para a ordem social e o progresso nacional, proporcionando ao povo acesso à boa literatura e a formação do hábito e gosto pela boa leitura, dando continuidade ao trabalho civilizatório iniciado pela escola primária. Considerava-se que exigiam um baixo investimento, com multiplicação de utilidade, mantendo operários entretidos com prazeres inocentes, longe das prisões e tribunais, como verdadeiro instrumento para a manutenção da ordem social.

Já nos Estados Unidos, sua promoção baseava-se na fé pela educação como base da democracia, vista como solução para todos os problemas sociais. Nesta filosofia, a biblioteca pública era considerada um meio de espalhar a educação, com igualdade para todos. A citação de DEWEY (apud MUELLER, 1984, p.11), datada de 1876, caracteriza o papel esperado da biblioteca e do bibliotecário:

“Foi-se o tempo em que a biblioteca se parecia com um museu e o bibliotecário era o catador de ratos entre livros embalados e os visitantes olhavam com olhos curiosos tomos e manuscritos antigos. Agora a biblioteca é como uma escola, e o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor, e o visitante é um leitor entre livros como um trabalhador entre suas ferramentas.”

MORAES (1983, p. 15-16) também corrobora esta leitura interpretativa, demonstrando que, no século XIX existia uma “mentalidade bibliotecária humanitária”, cujo *slogan* era: “abrir uma biblioteca é como fechar uma prisão”. Algumas citações suas podem melhor esclarecer este ponto:

“o burguês rico, imbuído de filantropia, com dó dos pobres, não podia deixar de se condoer com a falta de pão espiritual em que vivia o trabalhador”.

“Todo mundo parecia convencido da necessidade de ilustrar o operário, evitando, ao mesmo tempo, que ele se corrompesse com leituras perigosas.”

“...abriram-se bibliotecas públicas por toda parte da Europa. ...cheias de livros de vulgarização científica, romances históricos, clássicos dos que são tidos como boa leitura, manuais de instrução técnica e profissional. ...obras escolhidas, ao alcance do povo, que a nata intelectual julgava destinadas a instruir ou divertir os operários.”

Em sua análise, mostra que esta mentalidade bibliotecária humanitária não existia nos Estados Unidos, país sem uma aristocracia tradicional e que as bibliotecas públicas lá floresceram, como as escolas, organizadas pelo próprio povo e não doadas por uma elite ou governo benevolente, pela necessidade de instrução, de aquisição de uma cultura necessária para a ascensão social.

Assim, demonstra-se que a origem da biblioteca pública está diretamente ligada à educação: seu papel social era o de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sociais vigentes. Suas responsabilidades eram: controlar o material de leitura oferecido, formar e manter o gosto pela leitura e ajudar a elevar a qualidade de vida.

A literatura parece não caracterizar o profissional bibliotecário do século XIX, o qual o uso aproximar do profissional professor. Da forma como o desenvolvimento da biblioteca acompanha o desenvolvimento da escola, talvez a biblioteconomia também tenha passado por um processo de laicização, do bibliotecário-religioso ao bibliotecário-laico, com forte aproximação do perfil exigido para o docente: qualidades morais e religiosas, gosto pelos livros e pela boa leitura.

Da mesma forma que a função docente buscou sua formação profissional no século XIX, com a criação de escolas normais, a biblioteconomia seguiu o mesmo caminho. Neste século foram criados os primeiros cursos de formação de bibliotecários: em 1821, na França, a École Nationale des Chartres e em 1887, nos Estados Unidos, a Columbia University School of Library Service.

LITTON (1975) elucida que a profissionalização através de programas de ensino foi o caminho imperativo da biblioteconomia, em meados do século XIX, devido à expansão dos serviços bibliotecários, motivada pelas seguintes razões:



- + a) aumento considerável da produção bibliográfica do mundo, tornando mais complexa a seleção e aquisição de livros, a organização e manuseio do material;
- + b) o desenvolvimento de novas áreas do conhecimento e uma crescente interrelação entre campos afins;
- + c) a elevação do nível médio de cultura em muitos países, pela escolarização;
- + d) a difusão do ideal democrático, que destaca a dignidade do homem e o estimula a preparar-se para assumir maiores obrigações para seu próprio bem estar;
- + e) a transformação do conceito de biblioteca, para uma “casa de conhecimentos”, com missão educadora, guia e inspiração de todos.

+ Em síntese, pode-se afirmar que:

+ - no século XVIII, as condições sócio-econômicas fazem emergir o desenvolvimento dos sistemas estatizados de ensino e o desenvolvimento da função docente na perspectiva de sua profissionalização, ao mesmo tempo que a tecnologia permite a produção de livros pela impressão tipográfica e sua ampla circulação;

+ - no século XIX, com base em ideais liberais e democráticos, a escolarização é prioridade das nações, quando também surgem as bibliotecas públicas com função social bem definida em relação à educação;

+ - parece existir uma aproximação histórica entre o desenvolvimento da escola e da biblioteca e entre o caminhar profissional do professor e do bibliotecário.

232

No século XX, esta aproximação entre educação e biblioteca ainda é incisiva no discurso profissional do bibliotecário. LITTON (1975, p.45) diz que *“a biblioteca tem sido e continua sendo o complemento indispensável da educação, em todos os níveis e sob todas as formas”*. Complementa sua posição afirmando que a biblioteca tem a função de informar e educar todas as classes de pessoas, como uma instituição educativa, que fomenta a leitura, complementa e continua o trabalho da escola.

Para encerrar esta argumentação, cita-se SARMIENTO (apud LITTON, 1975, p.58), criador da biblioteca popular na Argentina que, por volta de 1940, observou que *“a escola e o livro, ou melhor, a biblioteca, são duas coisas que se requerem uma à outra. Os livros pedem escolas e as escolas pedem livros.”*

Em relação ao Brasil, FONSECA (1979, p.13) afirma que as primeiras bibliotecas brasileiras foram escolares, organizadas nos colégios da Companhia de Jesus no século XVI, pois as cartas dos primeiros jesuítas demonstram os pedidos de livros e a necessidade de bibliotecários:

“breviários, bíblias, livros litúrgicos, obras teológicas se misturavam com textos didáticos para o ensino do Latim nos acervos dessas primeiras bibliotecas. Acervos também enriquecidos com os clássicos latinos e portugueses...”
“a necessidade de bibliotecários começou a se fazer sentir. Se européias foram as primeiras obras lidas no Brasil europeus também seriam os primeiros biblio-

tecários. Europeus e jesuítas.”

Eram os conservadores das bibliotecas, que muitas vezes exerciam a docência e outros ofícios ligados ao livro, como o tipógrafo, o impressor, o encadernador. Além dos jesuítas, nos conventos e mosteiros de outras ordens religiosas como dos Franciscanos, Carmelitas, Beneditinos, Capuchinos, Mercedários e Oratorianos existiam importantes bibliotecas, como cita o autor (FONSECA, 1979, p.16), seguindo o provérbio *“convento sem biblioteca é como quartel sem armamento”*.

SUAIDEN (1980) esclarece que a primeira biblioteca pública do país foi a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em 1811, por iniciativa dos cidadãos, no sistema de subscrição, um plano coletivo de assinatura de revistas e aquisição de livros, além de doações ou empréstimos dos subscritores de obras de sua posse. Seu objetivo, citado por FONSECA (1979, p.24), era *“remover o primeiro e maior obstáculo que se oferece à instrução pública, o qual consiste na falta de livros e notícias do estado das artes e das ciências na Europa”*.

SUAIDEN (1980, p.6) comenta que a proposta de sua instalação previa um bibliotecário, que deveria *“ser hum sujeito de muito boa conducta que saiba bem ler, escrever e contar, sendo muito para desejar-se que tenha conhecimento das línguas, principalmente Latina, Franceza e Ingleza.”*

GOMES (1983), em trabalho sobre bibliotecas e sociedade na 1ª república - 1889 a 1930, discorre que no período, o Brasil viveu sob a influência da Revolução Industrial e que as camadas dominantes pautavam-se em modelos europeus, procurando reproduzir uma cultura importada, uma imitação da cultura europeia. Nos estados privilegiados da República, as classes emergentes e o proletariado procuravam a escola como um meio de ascensão social ou para concorrer no mercado de trabalho, com o que houve uma grande expansão do ensino no Sudeste e Sul. A escola primária passou a ser o centro de atenções de educadores e homens públicos e firma-se a crença de que a escolarização é condição essencial para o país tornar-se progressista.

A educação é apontada como o fator que mais tem implicações com as bibliotecas. Das bibliotecas criadas no período, a pesquisadora constatou que 58.2% correspondiam a bibliotecas escolares, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, em escolas estaduais. Seus objetivos visavam oferecer obras importantes e úteis para o estudo das diversas disciplinas professadas e as mesmas eram cuidadas por professores, que faziam às vezes de bibliotecários; não eram mérito do governo e sim de alguns professores idealistas. Nos históricos das bibliotecas pesquisadas, há sempre referências religiosas a algum elemento que batalhou para a criação e desenvolvimento da biblioteca, louvando-se *“o zelo, a dedicação e a lealdade”*, *“seu incansável*



trabalho em conseguir doações e manter a biblioteca” ou seu “desprendimento em prestar gratuitamente seus serviços”.

Tais fatos ocorridos no país também demonstram uma extrema aproximação da escola com a biblioteca e do professor com o bibliotecário.

3 A feminização das profissões: uma aproximação entre a professora e a bibliotecária

Para analisar-se a feminização do magistério e da biblioteconomia, busca-se o apoio referencial em autores que abordaram a temática.

Em relação à condição da mulher, ALMEIDA (1991) afirma que o século XIX é um marco de importantes conquistas pela mulher, colocando-a em evidência como trabalhadora, com reconhecimento, ainda que parcial, de sua capacidade como força de trabalho. Ressalte-se que foram massivamente absorvidas pela indústria, com salários mais baixos que os dos homens, isto é, uma fonte de mão-de-obra mais barata.

Neste século há uma polêmica acerca da natureza da mulher, onde dois paradigmas da sexualidade feminina se disputam: o paradigma do ser puro, angelical, perfeito, que se sacrifica pelos outros e o paradigma do ser lascivo, diabólico, pecador, corrompedor, de caráter fraco, francamente predominante nos períodos anteriores, uma oscilação entre a Maria pura e a Eva corrompedora.

A imagem tradicionalmente consensual a respeito da mulher como pecadora foi significativamente desestabilizada por seu ingresso no mercado de trabalho, pela organização de entidades autônomas femininas e, na medida em que o século avança, a concepção do ser angelical e puro ganha força, apresentando-se como majoritária ao seu final. O estereótipo da mulher no século XIX apresentava as seguintes características: disciplina, submissão, trabalho sem tréguas, lealdade e pureza.

A autora denomina este processo como “limpeza da imagem da mulher”, que embora não se restrinja às professoras, fez com elas um casamento perfeito e duradouro. Assim, a participação gradativa da mulher no magistério, ocorrida a partir de meados do século, é impactada pelo paradigma predominante: a construção da identidade da professora como mãe e da escola como um segundo lar.

Da mesma forma, discorre que esta mudança radical no pensamento europeu a respeito da mulher foi pré-condição para a abertura da educação aos seus cuidados, na medida em que as “crianças puras e inocentes” não poderiam ser educadas por mulheres lascivas e perversas.

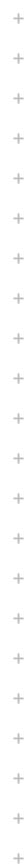
O magistério abre-se às mulheres que, gradativamente, vão suplantando os

homens neste setor, até então tradicionalmente masculino, a ponto de serem elas confundidas com a atividade, o que suscitou inúmeros estudos e análises em busca de explicações sobre o fenômeno e que, em conjunto, proporcionam sua compreensão, conforme explicita a autora:

- um enfoque afirma que os homens não saíram da educação e sim das salas de aula, o que implica numa noção de poder e distribuição de poder. Os homens saíram das salas de aula, facilitando o ingresso das mulheres, porque lhes foram oferecidas novas oportunidades de aperfeiçoamento e porque o magistério se regulamentava (horários, conteúdos, disciplinas) com a conseqüente perda de autonomia dos professores, tornando-se uma área de pouco interesse para eles.
- outro enfoque ressalta a possibilidade ou a crença na mobilidade social, que atraiu os homens razoavelmente instruídos para novas funções e, ao contrário, para as mulheres, as opções eram poucas e o magistério era uma das únicas vias abertas, como demonstra uma análise das demandas de entrada nas escolas normais para o sexo feminino.
- outra interpretação expressa que o magistério era uma das poucas ocupações aceitas pelas mulheres, pois oferecia-lhes a possibilidade de trabalho e harmonização com as funções domésticas, um ideal necessário, além de uma respeitabilidade que dificilmente poderiam obter em qualquer outra profissão.
- outra leitura enfatiza que os países do século XIX estendem a educação ao conjunto de suas populações, como uma necessidade das sociedades em processo de modernização, e que a utilização da mão de obra feminina no magistério era uma forma de baixar os custos e garantir mão de obra dócil e submissa, o que já havia sido demonstrado na indústria com sindicatos fracos, sem tradição de organização, submetendo-se as mulheres a salários e condições de trabalho aviltantes.
- por último, a autora cita as virtudes necessárias para um funcionário público, a disciplina e submissão, o trabalho sem tréguas e a lealdade inquestionável, que enquadram-se com maestria no estereótipo que o século XIX criou para as mulheres.

Já NÓVOA (1991, p.127) afirma que a feminização do corpo docente primário é um fenômeno claramente percebido no conjunto das sociedades ocidentais a partir de meados do século XIX e que isto contribuiu para a relativa desvalorização da profissão docente. Seu argumento diz respeito a que os salários masculinos e femininos na docência não possuíam discriminação, conforme citação a seguir.

“A atividade docente é um dos primeiros domínios em que as mulheres obtiveram os mesmos privilégios econômicos que os homens”, (mas que a feminização colocou) “obstáculos às ações dos docentes com vistas à melhoria de seu estatuto econômico e social, pois que o salário da mulher é visto como uma espécie de renda suplementar e não como renda principal da família e porque



ele o professor deve acrescentar a cor, o movimento, a vida.”

Em relação ao início do século XX, seu olhar investigativo indica que o trabalho feminino “*não pode ser pensado como uma decisão individual, mas como um reflexo do mercado de trabalho disponível*”, síntese de valores sociais que encaminhavam a mulher para determinadas carreiras, que não significassem barreiras para o casamento. Estes valores sociais estariam extremamente vinculados à imagem da mãe: professora-mãe, para o que colhe da literatura trechos que caracterizam a professora como “mestra e mãe”, “mestra como segunda mãe”, “espírito maternal da atuação pedagógica” . Mas, mesmo com o transcorrer do século, o fenômeno da feminização do magistério continua a ocorrer, apesar de já existirem possibilidades concretas de escolha e opção por outras carreiras profissionais, especialmente nos centros urbanos.

Assim, LOPES (1991, p.37) ousa repensar o tema sob o ponto de vista psicológico e não sob a ótica sociológica, para o que com base na psicanálise e no pensamento de Freud, tenta explicar a inserção continuada da mulher no magistério através de motivos subconscientes, associando a docência com a maternidade, laço historicamente estabelecido e abençoado. Ao longo do tempo, esperou-se que a mulher assumisse o trabalho docente como mãe espiritual e intelectual, a missão e o apostolado de seu trabalho cumprindo o papel de maternidade simbólica. Sua explicação para o fenômeno da feminização: “*Neste sentido se explicaria a feminização do magistério, pois as mulheres o assumem pretendendo o amor de todos os filhos do mundo, e com ele pretendendo preencher todas as suas faltas*”.

Em relação à feminização do magistério em nosso país, ALMEIDA (1991) constata que não ocorreu uma mudança de imagem da mulher e sim uma mudança de funcionalidade, na medida em que a mulher pecadora e pervertida era considerada a mulher negra escrava, e não a mulher do colonizador. Esta mudança de funcionalidade diz respeito à passagem da família colonial do século XIX, com a mulher enclausurada e limitada às funções domésticas na fazenda, para a realidade do processo de urbanização, que passa a exigir da mulher a integração na sociedade. O espaço público, antes apenas ocupado pelos homens e mulheres de baixa renda, passa também a ser ocupado por ela.

Além disto, a valorização social da maternidade, que considerava a mãe como educadora dos futuros cidadãos respeitáveis, necessários à este período de afirmação do Estado Nacional, também pode ser considerada como um elemento que possibilitou às mulheres o ingresso no magistério.

LOPES (1991) cita ainda, alguns estudos realizados sobre a temática no país, dos quais sintetizamos alguns resultados significativos:



- + -- PEREIRA (1969) destaca que o magistério primário da década de sessenta era uma profissão feminina, com 93.4% de professoras em exercício, as quais consideravam a atividade mais adequada às mulheres. Os motivos por elas apresentados foram de dois tipos: um, que diz respeito aos traços de personalidade, como instinto maternal, maiores aptidões e habilidades quanto à carinho, amor, docilidade, compreensão, paciência, abnegação, comunicação, meiguice e dedicação. Estes traços de personalidade passiva são considerados como desvantajosos ao sistema profissional altamente competitivo dos centros urbano-industriais; outro, refere-se a fatores próprios do funcionamento do sistema de ensino, como salário mais baixo, poucas horas de trabalho diário e prestígio ocupacional insatisfatório;
- + -- ROSEMBERG e PINTO (1985) constatam que, pelo Censo de 1980, 87% do corpo docente no Brasil é composto por mulheres e que ser professora no país é uma das principais ocupações da população economicamente ativa feminina;
- + -- LOURO (1989) diz que o magistério é profissão de mulher e que grande parte da pesquisa educacional não incorpora a questão do sexo do professor como um elemento de significância, havendo necessidade de estudar as duas dimensões, a classe e o gênero.

+ Com esta explanação, procurou-se explicitar a compreensão do fenômeno da feminização do magistério, sintetizando as várias correntes interpretativas. Agora faz-se necessária a compreensão da feminização da biblioteconomia, para o que o repertório da literatura especializada nacional carece de pesquisas e reflexões, quer sejam de caráter histórico-social (como no caso do magistério) ou de inferências atuais. A lacuna literária mereceria ampla revisão bibliográfica internacional e nacional, pois devem existir estudos realizados, ao mesmo tempo que a temática poderia se constituir em área de pesquisa, conciliando classe e gênero.

+ Assim, procura-se no referencial explicativo da feminização do magistério aproximar a feminização da biblioteconomia, num esforço inicial para sua compreensão, partindo-se do pressuposto de que há de fato uma aproximação histórica entre o desenvolvimento da escola e da biblioteca.

+ Nesta ótica aproximativa, que busca similaridades, levanta-se a feminização da biblioteconomia na mesma perspectiva do magistério, pois em princípio parece que o bibliotecário foi encarado como um professor informal, que exercia sua função de educador fora do espaço formalizado do ensino, ocorrendo um deslocamento físico da sala de aula para a biblioteca. Era preciso deslocar um professor para as funções de reunião, organização, armazenamento, preservação e orientação de uso de materiais impressos diversificados, necessários ao enriquecimento do ensino, em um espaço apropriado para estudo e pesquisa. Este espaço foi encarado como depositário

- 1) Educação superior: boa formação universitária, “*pessoa culta*”, mas não necessariamente erudita, cujo preparo humanístico e específico lhe permita dialogar com seus leitores;
- 2) Trabalho tranquilo: o ambiente de trabalho é tranqüilo, livre de “*fortes pressões e de rivalidades para galgar posições*”, centrado na dinâmica do cordial desejo de servir os leitores;
- 3) Serviço público: o bibliotecário exerce “*um verdadeiro apostolado*”, não sendo motivado unicamente pela compensação financeira, mas pela possibilidade de realizar um serviço útil ao público. É uma profissão que, na maioria dos países, está modestamente recompensada;
- 4) Profissão para ambos os sexos: a biblioteconomia tem sido, tradicionalmente, “*um trabalho que as mulheres realizam com perfeição e a profissão é geralmente exercida por elas*”. Por outro lado, um número cada vez maior de homens se dedica à profissão, alcançando as mais altas posições, em proporção inversa à sua força numérica.

Assim, fica claro o casamento da imagem social da mulher com a imagem do profissional bibliotecário e o caráter missionário e religioso do trabalho é reforçado pelo pensamento de LASSO DE LA VEGA (apud LITTON, 1975, p.179), que afirma que “*a tarefa do bibliotecário é beneditina e missionária*”. A profissão se assemelha à antiga tarefa dos monges nos mosteiros, onde se ocupavam nos ofícios de estudar, registrar, copiar e conservar as obras de valor herdadas do passado, sendo beneditina porque trabalha para os demais e sempre de maneira humilde e cortês. A luta perene do profissional é contra a ignorância, as más e deficientes leituras, contribuindo para a melhor capacitação da pessoa, a fim de que esta “*seja infinitamente mais útil ao próximo e mais digna perante Deus*”.

SMIT (apud GIACOMETTI, VELLOSO, 1987, p.15) constata que no início da profissão no Brasil somente moças de boa família ou pessoas com amor à arte dedicavam-se a esta atividade: “*nesta época as moças de boa família, se quisessem trabalhar, tinham duas opções: a escola normal ou então a biblioteconomia*”. BOTASSI (1984, p.4) complementa que:

“durante o primeiro quartel deste século, até a década de sessenta, aproximadamente - a Biblioteconomia se constituía em profissão de mulheres pertencentes à classe dominante, que profissionalizavam-se no sentido de preservar a arte e o conhecimento dentro de sua própria esfera de classe...”

Também MORAES (1983, p.21-22, 29), em conferência proferida no ano de 1943, aborda esta opção:

“Tratemos, pois, de organizar novas escolas de biblioteconomia, com orientação moderna e com bons professores. Escolas que consigam atrair não só a

moça que terminou o curso secundário e precisa de emprego, ou o rapaz que fracassou noutras ocupações ainda mais simples, mas também gente com maior consciência do dever a cumprir, com certa base intelectual...”

“...para dotar o país de uma rede de bibliotecas, é indispensável que haja técnicos em número suficiente para executá-lo. Não podemos continuar a improvisar bibliotecários, com mocinhas à procura de emprego enquanto não se casam, com perigosíssimas pessoas que gostam de ler e querem, por força, viver entre os livros.”

A feminização atual da profissão bibliotecária no país foi analisada superficialmente por BOTASSI (1984, p.3) em artigo sobre a profissão “no feminino” e o mercado, no qual afirma que

“... o motivo que nos levou a ela, para além das circunstâncias, foi o de termos escolhido uma profissão adequada “à nossa natureza” feminina, considerando que as (os) profissionais somos uma maioria de mulheres. Assim, enquanto mulheres, de acordo com nossa formação, seríamos levadas a prestar serviços ou cuidados e se não bibliotecárias, seríamos enfermeiras, assistentes sociais, ou exerceríamos profissões “úteis” à sociedade, de “natureza feminina”.

Sua explicação: transportamos a condição de posição inferior da mulher na sociedade para a profissão. Sua finalização: que a categoria deve romper com as afirmações deterministas da condição de mulher, profissional inferior na sociedade e no mercado de trabalho. Esta transferência é visível, segundo a autora, na formação profissional, pela qual o estudante é condicionado a tratar a informação e o usuário com passividade, cuja conseqüência no exercício profissional seria a não atuação como seres pensantes, com papel passivo, submisso e dependente das regras da instituição.

DOWLING (apud GIACOMETTI , VELLOSO, 1987, p.15-16) cita a profissão de bibliotecário como uma profissão feminina, mas analisa o desempenho geral da profissionalização da mulher:

“... as mulheres recuam frente à possibilidade de vivência total de suas potencialidades. Embora várias delas alcancem certo grau de sucesso, ainda assim sentem-se no fundo inseguras... “Descobrimos que os atributos “passividade”, “dependência”, e principalmente, “auto-estima rebaixada” são as variáveis que repetidamente diferenciam as mulheres dos homens”... “A forma pela qual as meninas são socializadas continua a pré-determinar um doloroso conflito quanto à independência psicológica necessária para as mulheres se libertarem e assumirem seu lugar ao sol.”

Enfim, ousa inferir que as raízes da feminização do magistério e da biblioteconomia encontram-se no século XIX e que sua compreensão deve levar em consideração todas as leituras interpretativas existentes, que analisam o fenômeno com olhares distintos, mas interrelacionados.



Ao mesmo tempo, ENGUITA (1991) afirma que as profissões docente e bibliotecária enquadram-se, como outras profissões consideradas femininas, nas extensões extra-domésticas das funções domésticas, devendo ser compreendidas em sua globalidade.

4 Professora e bibliotecária: uma aproximação final

Neste item conclusivo ou de fechamento desta reflexão, cabe reforçar a aproximação entre a escola e a biblioteca e entre a feminização do magistério e da biblioteconomia e sintetizar os principais argumentos trabalhados ao longo do texto:

- a revisão bibliográfica, realizada nas duas áreas de conhecimento, revelam que o século XIX foi um marco no desenvolvimento da escola e da biblioteca;
- no referido século, a mulher é considerada um ser puro, dedicado, submisso, passivo, leal, obediente, conservador, com respeito à autoridade e hierarquia, de grandes qualidades morais, educadora primeira na sociedade;
- esta imagem proporciona seu ingresso em profissões até hoje reputadas como femininas, em virtude de serem consideradas pela ideologia patriarcal como extensões extra-domésticas das funções domésticas, surgidas pelo desenvolvimento dos serviços públicos do Estado assistencial, como é o caso da professora e da bibliotecária;
- além da variável ideológica, variáveis econômico-sociais também influenciaram seu ingresso nestas profissões: como a possibilidade de harmonização do trabalho com as atividades domésticas, o aceite de baixo salário compensado pelas fracas pressões da competitividade profissional inerente ao serviço público, ou por se constituir uma segunda fonte de renda da família;
- outro elemento a ser considerado é a respeitabilidade advinda do exercício destas profissões, que perpassam a imagem de pessoas cultas, familiarizadas com o conhecimento, preparadas para orientar e ensinar o que sabem;
- estes elementos explicativos podem ser acrescidos de uma variável psicológica, pela estreita relação histórica ocorrida entre a professora e a bibliotecária, como mães intelectuais e espirituais, o que ressalta o trabalho de cunho maternal das mesmas;
- também uma variável religiosa pode ser considerada, na medida em que a missão, o apostolado, a luta sem tréguas contra a ignorância e a busca da luz e do conhecimento, estavam acima de obstáculos e dificuldades, considerando-se a remuneração e as condições de trabalho como elementos de significância menor.

No século XX, as duas profissões continuam a ser essencialmente femininas, pelo que pode-se inferir que os motivos históricos de ingresso continuam a ser válidos para a manutenção da feminização, mas perdem pouco a pouco sua valorização social. Hoje, a mulher ocupa espaços profissionais diversificados e abrangentes, conquistados pelo seu caminhar de libertação da ideologia patriarcal, desenvolvendo-se a existência de preconceito para opção e ingresso nestas profissões rotuladas como femininas, pelas jovens de classes sociais mais privilegiadas.

Professorship and Library Science Feminization: *an approach*

Contribution to the understanding of the library science feminization phenomenon, with theoretical support in the sociological and psychological explanations about professorship feminization, admitting one historical approximation between the school and library development and between the professions.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Cybele Crossetti de. O magistério feminino laico no século XIX. **Teoria e Educação**, v.4, p.159-171,1991. +
 2. BOTASSI, Miriam. Bibliotecária (o): a profissão no feminino e o mercado. **Palavra-Chave**, n.4, p.3-4, maio 1984. +
 3. CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas da Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora UNB, 1994. 111 p. (Coleção Tempos). +
 4. ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria e Educação**, v.4, p.41-61, 1991. +
 5. FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, Brasília : INL, 1979. 112p. +
 6. GIACOMETTI, Maria Marta, VELLOSO, Maria de Fátima. Bibliotecária: uma profissão feminina. **Boletim ABDF Nova Série**, v.10, n.1, p.15-16, jan./mar. 1987. +
 7. GOMES, Sonia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na primeira república**. São Paulo: Pioneira, Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983. 90p. (Manuais de Estudo). +
 8. KATZENSTEIN, Úrsula Ephraim. **A origem do livro: da Idade da Pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente**. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. 455p. (Bibliologia) +
- Perspec. Ci. Inf., Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 225-244, jul./dez. 1996 +

- +
- +
- +
9. LITTON, Gaston. **Arte e ciência da biblioteconomia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 209p. (Série de Biblioteconomia,1)
- +
10. LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. A educação da mulher: a feminização do magistério. **Teoria e Educação**, v.4, p.22-40, 1991.
- +
11. MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. 2.ed. Brasília: ABDF, 1983. 37p. (ABDF Série Histórica, 1).
- +
12. MUELLER, Susana Pinheiro Machado. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.
- +
13. NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, v.4, p.1 09-139, 1991.
- +
14. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: FEBAB, 1985. 283p.
- +
15. SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa, Brasília : INL, 1980. 82p.
- +
- +
- +
- +
- +
- +